

## Secretaria Municipal de Saúde

# EDITAL DE LICITAÇÃO 016/2026

Pregão Eletrônico nº 016/2026

 **Data de Abertura:** 25 de junho de 2026

 **Horário:** 09:00 min (horário de Brasília)

 **Local:** <https://licitanet.com.br/>

### FUNDAMENTO LEGAL

O presente certame rege-se pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pelos Decretos Municipais nº 02, 03, 04, 05, 06 e 07, de 12 de janeiro de 2024, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como pelas disposições constantes neste Edital e em seus anexos, além das demais normas legais e regulamentares aplicáveis ao objeto, ainda que não expressamente mencionadas.

### OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos destinados à atenção à saúde mental e de outros medicamentos de uso contínuo, visando atender às demandas do Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracumé – MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do edital.

### VALOR ESTIMADO

 SIGILOSO

### Modo e Tempo de Disputa

O certame será realizado na forma do inciso I do art. 56 da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se o **modo de disputa aberto**, com apresentação de lances públicos e sucessivos. A etapa de lances terá duração inicial de **10 (dez) minutos**, sendo **automaticamente prorrogada por 02 (dois) minutos** sempre que houver lances ofertados nos últimos dois minutos, encerrando-se automaticamente caso não haja novos lances.

#### SRP?

☒ Sim ☐ Não

#### Exclusiva ME/EPP?

☒ Sim ☐ Não

#### Reserva de quota ME/EPP?

☒ Sim ☐ Não

#### Amostra/Demonstração?

☐ Sim ☒ Não

### Regime de Execução

Empreitada por Preço

### Tipo de Licitação

Menor Preço

### Forma de Adjudicação

Por item

### Pedidos de esclarecimentos

 Até 22 de junho de 2026

 E-mail: [maracacumelicitacao@gmail.com](mailto:maracacumelicitacao@gmail.com)

### Impugnações

 Até 22 de junho de 2026

 E-mail: [maracacumelicitacao@gmail.com](mailto:maracacumelicitacao@gmail.com)

### Disponibilização do Edital

O edital estará disponível gratuitamente:

- No **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**
- No site do Município: [www.maracacume.ma.br](http://www.maracacume.ma.br)
- No Portal **Licitanet**: <https://licitanet.com.br>
- Presencialmente na sede da Prefeitura Municipal de Maracumé - MA, situada na Avenida Dayse de Sousa, s/nº, Centro, mediante apresentação de mídia digital.

A licitação será realizada em **sessão pública eletrônica**, por meio do sistema Licitanet, conduzida pelo Agente de Contratação designado, conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021.

## Secretaria Municipal de Saúde

### SUMÁRIO

1.	DO OBJETO .....	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES .....	7
7.	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA .....	9
8.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	10
9.	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	11
9.6	Da Habilitação Jurídica:.....	12
9.7	Da Habilitação Econômico-financeira: .....	12
9.8	Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:.....	13
9.9	Da Qualificação Técnica:.....	14
10.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	15
11.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	16
12.	DOS RECURSOS.....	16
13.	DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO .....	17
14.	DA CONTRATAÇÃO .....	17
15.	DO PAGAMENTO .....	17
16.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	17
17.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	17
18.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	18
	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA .....	19
	ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS .....	35
	ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	37
	ANEXO IV – MINUTA CONTRATUAL.....	43

## Secretaria Municipal de Saúde

### EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026  
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2026)

Torna-se público que o Município de Maracatumé, por meio da Secretaria Municipal de Administração, com sede na Avenida Dayse de Sousa, s/nº, Centro, Maracatumé – MA, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, conduzida pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, sediada na Av. Dayse de Sousa, s/nº, Centro, Maracatumé – MA, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 012, de 12 de janeiro de 2024, e demais legislações aplicáveis, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

### 1. DO OBJETO

- 1.1 Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos destinados à atenção à saúde mental — incluídos os sujeitos a controle especial nos termos da Portaria SVS/MS nº 344/1998 e suas atualizações — e de medicamentos de uso contínuo para o tratamento de doenças crônicas, destinados ao atendimento das demandas das unidades de saúde vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracatumé – MA, conforme especificações técnicas, quantitativos estimados e condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.
- 1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se à licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3 Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras Licitanet (<https://licitanet.com.br>) e as especificações constantes deste Edital e seus anexos, prevalecerão estas últimas.
- 1.4 A presente licitação é destinada exclusivamente à participação de Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 As regras referentes ao órgão gerenciador, aos órgãos participantes, bem como às eventuais adesões à Ata de Registro de Preços, são as estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, anexa a este Edital.
- 2.2 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da manutenção dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa formal da Administração.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no Portal de Compras do Licitanet (<https://licitanet.com.br>).
  - 3.1.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.
    - 3.1.1.1 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, ficará a cargo da licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis na plataforma, através do site: <https://www.licitanet.com.br/>;
  - 3.1.2 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;
  - 3.1.3 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não cabendo ao Município de Maracatumé qualquer responsabilidade por tais despesas. A licitante também é a única responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracatumé – MA, CEP: 65.289-000  
E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

- 3.1.4 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- 3.1.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;
- 3.1.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 3.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:
  - 3.2.1 Não poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas que se encontrem, ao tempo da licitação, com sanção administrativa vigente que as impeça de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
  - 3.2.2 Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;
  - 3.2.3 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si, quando caracterizada situação que comprometa a competitividade ou a isonomia do certame;
  - 3.2.4 Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 3.2.5 Pessoas físicas ou jurídicas suspensas de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.;
  - 3.2.6 Pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;
  - 3.2.7 Empresas estrangeiras que não possuam representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
  - 3.2.8 O impedimento de que trata o item 3.2.1 será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive à sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante;
  - 3.2.9 Entidades empresariais reunidas em consórcio, considerando que o objeto consiste na aquisição de bens comuns, cujas características não demandam a conjugação de capacidades técnicas ou econômico-financeiras, não havendo restrição à competitividade do certame.<sup>1</sup>;
- 3.3 A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação da licitante, conforme o caso.
- 3.5 A licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do §4º do referido artigo, deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, sua condição de ME ou EPP, bem como declarar que não ultrapassou o limite de receita bruta previsto para fins de fruição dos benefícios legais.
- 3.6 As licitantes deverão declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste edital.
- 3.7 Será assegurado tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

<sup>1</sup> Justificativa para Vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.

## Secretaria Municipal de Saúde

**PARA CONHECIMENTO:** Benefícios exclusivos para as ME, EPP e equiparadas conforme Lei federal nº 14.133/21<sup>2</sup>.

A obtenção de benefício a que se refere o item acima fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. A licitante deverá apresentar declaração de observância desse limite na licitação junto aos documentos de habilitação.

A licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

As licitantes deverão também declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, quando do registro de sua proposta comercial, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às exigências do edital

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2 As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preços, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
  - 4.2.1 Todos os documentos de habilitação deverão estar autenticados eletronicamente para que seja comprovada a sua veracidade. Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade.
- 4.3 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, sob pena de não aceitação, dos seguintes campos: Valor do item; Descrição detalhada do objeto, contendo as informações de prazo de entrega dos serviços licitados, obrigando-se o proponente, nesse caso, a entregar os produtos de acordo com as exigências do Edital.
  - 4.3.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
  - 4.3.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.
  - 4.3.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.4 No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
  - 4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais,

<sup>2</sup> Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir da licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

#### **Coordenadoria de Contratações e Licitações**

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

- nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da referida lei.
- 4.4.6 Considerando que a presente licitação é destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento da licitante no certame.
- 4.5 A falsidade das declarações de que tratam os itens 4.4.1 a 4.4.7 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.
- 4.6 As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta das licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.9.1 A aplicação do intervalo mínimo entre os lances incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, sendo os lances enviados automaticamente pelo sistema, respeitados o valor final mínimo parametrizado e o intervalo estabelecido neste Edital.
- 4.10 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.10.1 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado o registro de valor superior ao último lance por ele ofertado.
- 4.11 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.12 Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13 A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1 Valor unitário e total de cada item, considerando todas as despesas necessárias ao fornecimento, incluindo transporte, seguro, impostos, encargos e demais custos incidentes;
- 5.1.2 Identificação completa do medicamento ofertado, contendo:
- nome genérico (Denominação Comum Brasileira – DCB);
  - nome comercial, quando aplicável;
  - forma farmacêutica e concentração;

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com



## Secretaria Municipal de Saúde

- d) forma de apresentação (comprimidos, cápsulas, frascos, ampolas, seringas preenchidas etc.);
  - e) laboratório fabricante e detentor do registro;
  - f) procedência (nacional ou importado);
  - g) número do registro válido e ativo na ANVISA ou, quando se tratar de produto dispensado de registro, número da notificação simplificada (RDC nº 199/2006);
- 5.1.3 Quantidade cotada correspondente à integralidade do quantitativo previsto para o item, conforme especificações constantes do Termo de Referência.
- 5.2 A regularidade dos medicamentos perante a ANVISA será aferida exclusivamente pela indicação do número de registro ou de notificação na proposta, vedada a exigência de apresentação de certificado de registro, documento ou cópia de publicação, sem prejuízo da realização de diligência pelo agente de contratação, inclusive mediante consulta ao sítio eletrônico da ANVISA.
- 5.2.1 Caso o registro do medicamento esteja em processo de renovação, a licitante deverá indicar o número do protocolo da petição de renovação junto à ANVISA, considerando-se válido o registro na forma do art. 12, § 6º, da Lei nº 6.360/1976.
- 5.2.2 A indicação de número de registro vencido, caducado, cancelado ou pertencente a produto diverso do especificado ensejará a desclassificação da proposta no item correspondente, assegurada a prévia diligência.
- 5.3 Os medicamentos deverão apresentar, no ato da entrega, prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses ou, alternativamente, a 70% (setenta por cento) do prazo de validade total do produto, obrigação que a licitante assume com a apresentação da proposta.
- 5.4 Os preços ofertados deverão observar os limites regulados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, respeitando o Preço Fábrica (PF) ou o Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), conforme aplicável, sendo desclassificadas as propostas que os excederem.
- 5.5 Em caso de empate, será assegurada a preferência ao medicamento genérico, nos termos do art. 3º, § 2º, da Lei nº 9.787/1999, sem prejuízo dos critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.6 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.
- 5.7 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.7.1 As empresas enquadradas no regime tributário do Simples Nacional deverão apresentar suas propostas considerando a carga tributária aplicável ao seu regime fiscal, nos termos da legislação vigente.
- 5.7.2 Caso o regime tributário da empresa implique variação de alíquotas, os preços ofertados deverão refletir a carga tributária efetivamente aplicável ao fornecimento.
- 5.7.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.9 A apresentação da proposta implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência, bem como o compromisso de fornecer os medicamentos conforme especificado, nas quantidades e condições exigidas.
- 5.9.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.
- 5.9.2 As licitantes deverão observar os critérios de aceitabilidade de preços previstos neste Edital e na legislação aplicável.
- 5.9.3 O descumprimento, pelo contratado, das regras e condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e no contrato poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da apuração de responsabilidade pelos órgãos de controle competentes, observado o devido processo legal.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2 As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

- 6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e as licitantes.
- 6.4 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7 A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ele registrado no sistema.
- 6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de 0,10% do valor do item.
- 6.9 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10 O procedimento da etapa de lances seguirá o modo de disputa aberto, conforme previsto neste Edital.
- 6.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
  - 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.
- 6.12 Encerrada a etapa de lances, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem crescente de classificação.
- 6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informados, em tempo real, do menor valor registrado, vedada a identificação das licitantes.
- 6.15 No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 6.17 Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18 Em relação aos itens não exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, após a etapa de lances, será aplicada a preferência prevista nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
  - 6.18.2 A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
  - 6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
  - 6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



## Secretaria Municipal de Saúde

6.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei federal nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1 Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas nesta Lei;

6.19.1.3 Desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4 desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens fornecidos por:

6.19.2.1 empresas estabelecidas no Município de Maracatumé – MA;

6.19.2.2 empresas brasileiras;

6.19.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## 7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação, conforme previsto neste Edital, no Termo de Referência e nos arts. 59, 60 e 64 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao valor máximo aceitável pela Administração ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.2 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços incompatíveis com os valores praticados no mercado ou que não demonstre viabilidade econômica para a execução do objeto, após eventual diligência promovida pelo Agente de Contratação.

7.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.5 O Agente de Contratação poderá convocar a licitante para apresentar documentos complementares, por meio do sistema eletrônico, no prazo estabelecido pelo Agente de Contratação no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação da proposta.

7.5.1 É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.

7.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação, destacam-se aqueles que comprovem as características dos medicamentos ofertados, tais como registro na ANVISA, bula, especificações técnicas, fabricante, marca, apresentação, forma farmacêutica, concentração e demais informações pertinentes.

7.5.3 Por meio de mensagem no sistema, serão informados o local e o horário para eventual avaliação de amostras, sendo facultada a presença dos interessados.

7.5.4 A exigência de apresentação de amostras somente ocorrerá quando expressamente prevista no Termo de Referência, observados os critérios, prazos e condições nele estabelecidos

7.5.5 No caso de não apresentação da amostra, quando exigida, ou de atraso injustificado, a proposta será recusada.

7.5.5.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.5.5.2 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

7.5.5.2.1 O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontada com as exigências técnicas expressas por

## Secretaria Municipal de Saúde

- parâmetros e padrão de desempenho constantes no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.
- 7.5.5.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta da licitante será recusada.
  - 7.5.5.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou do lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
  - 7.5.5.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
  - 7.5.5.6 Após a divulgação do resultado da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelas licitantes no prazo de 90 (noventa) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
  - 7.5.5.7 As licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 7.6 Se a proposta ou o lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou o lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
  - 7.7 Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.
  - 7.8 O Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta à licitante classificada em primeiro lugar, visando à obtenção de proposta mais vantajosa.
    - 7.8.1 Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
    - 7.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 7.9 Nos lotes não exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, será verificada a ocorrência de empate ficto, conforme previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
  - 7.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à inexistência de impedimentos para licitar e contratar com a Administração, nos termos do art. 14 da Lei federal nº 14.133/2021, da legislação correlata e do item 3.2.8 deste Edital, mediante consulta aos seguintes cadastros:
  - 8.1.1 SICAF;
  - 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
  - 8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 8.2 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à inexistência de impedimentos para licitar e contratar com a Administração, nos termos do art. 14 da Lei federal nº 14.133/2021, da legislação correlata e do item 3.2.8 deste Edital, mediante consulta aos seguintes cadastros:
- 8.3 Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

## Secretaria Municipal de Saúde

- 8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.3.2 A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.3.3 Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.
- 8.4 Caso a licitante tenha se utilizado do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e das disposições deste Edital.
- 8.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto nº 04, de 12 de janeiro de 2024.
- 8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - 8.6.1 contiver vícios insanáveis;
  - 8.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 8.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 8.6.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 8.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.7 No caso de bens e serviços em geral, serão considerados indícios de inexequibilidade valores significativamente inferiores aos preços praticados no mercado ou ao valor estimado pela Administração, devendo o Agente de Contratação realizar diligência para verificar a viabilidade da proposta.
  - 8.7.1 A inexequibilidade somente será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
    - 8.7.1.1 que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e
    - 8.7.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários no Estudo Técnico Preliminar ou no Termo de Referência, a licitante classificada em primeiro lugar poderá ser convocada para apresentar Planilha de Custos por ela elaborada, com os respectivos valores ajustados ao valor final da proposta.
  - 8.9.1 Eventuais erros formais na proposta poderão ser corrigidos pela licitante, mediante solicitação do Agente de Contratação, desde que não haja alteração do valor final ofertado.
  - 8.9.2 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 8.9.3 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.10 Para fins de análise da proposta, poderá ser solicitada manifestação técnica do setor requisitante ou da área especializada.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1 A análise da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:
  - a) Documentação relativa à habilitação jurídica;
  - b) Documentação relativa à habilitação econômico-financeira;
  - c) Documentação relativa à habilitação fiscal, social e trabalhista;
  - d) Documentação relativa à qualificação técnica.
    - 9.1.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

- 9.1.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- 9.1.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- 9.1.1.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).
- 9.1.2 Para fins de habilitação, será observado o preenchimento “sim ou não”, em campo próprio do sistema eletrônico, das declarações constantes nos subitens dos itens 4.4 e 4.5 deste Edital.
- 9.2 Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.
- 9.3 Caso os documentos não apresentem prazo de validade expresso, e não haja previsão legal específica, serão considerados válidos aqueles emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias da data da licitação.
- 9.4 O Agente de Contratação poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.
- 9.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para realização de diligências, a sessão somente será reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

### 9.6 Da Habilitação Jurídica:

- 9.6.1 Registro comercial, no caso de empresário individual;
- 9.6.2 Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;
- 9.6.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.
  - 9.6.3.1 A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.
- 9.6.4 A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.
- 9.6.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 9.6.6 Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.
- 9.6.7 As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:
  - 9.6.7.1 Ato constitutivo;
  - 9.6.7.2 Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;
  - 9.6.7.3 Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;
  - 9.6.7.4 Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;
  - 9.6.7.5 Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;
  - 9.6.7.6 Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;
  - 9.6.7.7 Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

### 9.7 Da Habilitação Econômico-financeira:

- 9.7.1 Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (demonstrações contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.7.2 A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores, das demonstrações contábeis do último exercício social.

a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

9.7.2.1 Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ILC ..... maior ou igual a 1(um)

ILG ..... maior ou igual a 1(um)

9.7.3 Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercícios, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei federal nº 14.133/2021 e assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitida via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

9.7.3.1 Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.7.3.2 Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

9.7.3.3 Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei federal nº 14.133/2021.

9.7.4 Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante.

### 9.8 Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- 9.8.1 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 9.8.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com



## Secretaria Municipal de Saúde

- 9.8.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
- 9.8.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.8.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- 9.8.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
  - 9.8.6.1 Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, a licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.
- 9.8.7 Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- 9.8.8 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 9.8.9 Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei.
- 9.8.10 A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
  - 9.8.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
  - 9.8.10.2 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei federal nº 14.133/2021.

### 9.9 Da Qualificação Técnica:

- 9.9.1 Alvará Sanitário ou Licença Sanitária vigente, expedido pelo órgão competente (estadual, distrital ou municipal), autorizando a empresa a exercer atividades compatíveis com o objeto desta licitação, especialmente a comercialização, dispensação e/ou distribuição de medicamentos, inclusive os sujeitos a controle especial, nos termos da Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, da Lei Federal nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e do Decreto Federal nº 8.077, de 14 de agosto de 2013.
- 9.9.2 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta licitação, mediante apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
  - 9.9.2.1 Os atestados deverão demonstrar a execução de fornecimentos compatíveis com o objeto licitado, considerando as especificidades dos itens aos quais a licitante concorrer.
  - 9.9.2.2 Será admitida a apresentação de um ou mais atestados para fins de comprovação da capacidade técnica, podendo ser realizado o somatório dos documentos apresentados.
  - 9.9.2.3 Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.
  - 9.9.2.4 Os atestados deverão conter, no mínimo:
    - a) identificação da pessoa emitente;
    - b) nome e cargo do responsável pela emissão;
    - c) descrição dos fornecimentos realizados;
    - d) período de execução;
    - e) meios de contato do emitente, tais como telefone e/ou endereço eletrônico.

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

- 9.9.2.5 Quando emitidos por pessoa jurídica de direito público, os atestados deverão estar assinados pelo responsável do setor competente, com identificação do nome, cargo e matrícula funcional ou CPF.
- 9.9.2.6 Não serão aceitos atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da licitante, entendendo-se como tais aquelas que sejam controladoras, controladas, coligadas ou que possuam sócios ou administradores em comum.
- 9.9.2.7 Os documentos apresentados estarão sujeitos à verificação de autenticidade pela Administração, nos termos do art. 169, § 3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas no art. 337-F do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
- 9.9.2.8 A Administração poderá solicitar documentos complementares destinados à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, tais como cópia do contrato correspondente, notas fiscais, endereço atualizado da contratante e local de execução do objeto, devendo o fornecedor disponibilizar todas as informações necessárias quando solicitado.
- 9.9.3 Certidão de Regularidade Técnica da empresa e/ou Certificado de Responsabilidade Técnica do farmacêutico responsável, expedidos pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) da unidade federativa da sede da licitante, vigentes na data da sessão pública, em conformidade com a Resolução CFF nº 721, de 24 de fevereiro de 2022.
- 9.9.4 Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em vigor, quando exigível em razão da natureza da atividade da licitante, nos termos da Lei Federal nº 6.360/1976, do Decreto Federal nº 8.077/2013 e da Resolução RDC ANVISA nº 16, de 1º de abril de 2014.
- 9.9.5 Autorização Especial (AE), expedida pela ANVISA, em vigor, quando exigível em razão da natureza da atividade da licitante, nos termos da legislação sanitária, exigível apenas em relação aos itens que contenham substâncias constantes das listas "A" (entorpecentes) e "B" (psicotrópicos) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.
  - 9.9.5.1 A licitante cuja atividade, nos termos da legislação sanitária, não esteja sujeita à AFE e/ou à AE comprovará sua regularidade para o exercício da atividade, inclusive quanto aos medicamentos sujeitos a controle especial, por meio do Alvará ou Licença Sanitária de que trata o subitem 9.9.1.
  - 9.9.5.2 O enquadramento da licitante quanto à exigibilidade da AFE e da AE não a exime do cumprimento, na fase de execução, de todas as obrigações sanitárias aplicáveis à guarda, escrituração, transporte e fornecimento de medicamentos sujeitos a controle especial.
- 9.10 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
  - 9.10.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
  - 9.10.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.11 Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.12 Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.
- 9.13 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

### 10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1 Homologado o resultado da licitação, a licitante mais bem classificada terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 10.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante mais bem classificada ou do fornecedor convocado, desde que:
  - (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
  - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 10.3 As atas de registro de preços serão assinadas por meio de assinatura digital e disponibilizadas no sistema de registro de preços.

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

- 10.4A assinatura da Ata de Registro de Preços será realizada por meio de assinatura eletrônica qualificada ou avançada, conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil ou sistema oficial de autenticação digital do Governo Federal (Gov.br).
- 10.5Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro dos lotes constantes no Termo de Referência, com a indicação da licitante vencedora, descrição dos itens, respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 10.6O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 10.7A existência de preços registrados implicará compromisso de execução dos serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada e comprovada a vantagem, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 10.8Na hipótese de a convocada não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

### 11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 11.1Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 11.1.1 das licitantes que aceitarem cotar o objeto com valor igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - 11.1.2 das licitantes que mantiverem sua proposta original
- 11.2Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 11.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.
  - 11.2.2 Para fins da ordem de classificação, as licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 11.3A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação das licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 11.3.1 Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital;
  - 11.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29 do Decreto Municipal nº 012/2024.
- 11.4Na hipótese de nenhuma das licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o preço máximo estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 11.4.1 convocar as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de condição mais vantajosa para a Administração, desde que respeitado o preço máximo estimado e demonstrada a vantajosidade.
  - 11.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### 12. DOS RECURSOS

- 12.1A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 12.2O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, sendo iniciado após a admissão da intenção de recurso pelo Agente de Contratação.
- 12.3Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:
- 12.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 12.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 20 (vinte) minutos.
  - 12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.4Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

## Secretaria Municipal de Saúde

- 12.5O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.maracacume.ma.gov.br/licitacaolista.php>.

### 13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 Examinadas a aceitabilidade da proposta e a habilitação da licitante vencedora, o procedimento será encaminhado pelo Agente de Contratação à autoridade competente para adjudicação e homologação.
- 13.2Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório quando o objeto possuir mais de um lote.

### 14. DA CONTRATAÇÃO

- 14.1O adjudicatário será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar o instrumento equivalente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, sob pena de decadência do direito à contratação e aplicação das sanções previstas neste edital.
- 14.2A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.
- 14.3Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos deste edital, a Administração Pública poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

### 15. DO PAGAMENTO

- 15.1As condições do pagamento estão estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência

### 16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 16.1As sanções administrativas incidentes estão estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência

### 17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 17.1Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
- 17.2A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 17.3A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos e-mails [maracacumelicitacao@gmail.com](mailto:maracacumelicitacao@gmail.com) e/ou [licitacao@maracacume.ma.gov.br](mailto:licitacao@maracacume.ma.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço na Sede do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Maracumé, sediada na Avenida Dayse de Souza, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP 65289-000;
- 17.4As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 17.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo.
- 17.5Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## Secretaria Municipal de Saúde

### 18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1 Será divulgada a ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 18.2 Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, desde que não haja comunicação em contrário pelo Agente de Contratação.
- 18.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 18.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 18.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.6 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 18.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 18.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos, prevalecerão as disposições deste Edital. A publicidade deste Edital será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/>, nos termos fixados no art. 54 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 18.10 O presente Edital também será publicado, em forma de AVISO, no Diário Oficial, bem como em jornal diário de grande circulação (art. 54, § 1º, da Lei federal nº 14.133, de 2021).
- 18.11 A íntegra do presente edital e seus anexos, bem como todos os documentos, os esclarecimentos, impugnações, atos decisórios do procedimento licitatório durante a FASE EXTERNA serão divulgados na Plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, e no sítio da internet do município de Maracumê, disponível no endereço eletrônico <https://www.maracacume.ma.gov.br/licitacaolista.php>.
- 18.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 18.12.1 Anexo I - Termo de Referência;
  - 18.12.2 Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
  - 18.12.3 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
  - 18.12.4 Anexo IV – Minuta Contratual.

Maracumê - MA, 10 de junho de 2026.

Luana Cristina Melo de Oliveira  
Secretária Municipal de Saúde



## Secretaria Municipal de Saúde

### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos destinados à atenção à saúde mental — incluídos os sujeitos a controle especial nos termos da Portaria SVS/MS nº 344/1998 e suas atualizações (entorpecentes, psicotrópicos e demais substâncias de controle especial) — e de medicamentos de uso contínuo para o tratamento de doenças crônicas, destinados ao atendimento das demandas das unidades de saúde vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracumê/MA, conforme especificações técnicas, quantitativos estimados e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. A Planilha Estimativa com a descrição completa dos itens, quantitativos e preços referenciais encontra-se no Anexo I – Planilha Descritiva deste Termo de Referência.

#### PLANILHA DESCRITIVA – MEDICAMENTOS PARA ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL E DE USO CONTÍNUO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAUMÊ – MA

Item	Grupo	Descrição dos Produtos	Unidade	Quantidade	Classificação (Portaria SVS-MS nº 344/1998)
1	A	Alprazolam, dosagem: 2 MG	Comprimido	720	B1 – Psicotrópico
2	A	Amitriptilina Cloridrato, dosagem: 25 MG	Comprimido	6.000	C1 – Controle especial
3	A	Amitriptilina Cloridrato, dosagem: 75 MG	Comprimido	3.000	C1 – Controle especial
4	A	Clorpromazina, dosagem: 100 MG	Comprimido	1.500	C1 – Controle especial
5	A	Clorpromazina, dosagem: 25 MG	Comprimido	1.500	C1 – Controle especial
6	A	Aripiprazol, Concentração: 20 MG/ML, Forma Farmacêutica: Suspensão Oral – Gotas	Frasco 150 ML	24	C1 – Controle especial
7	B	Brinzolamida, Concentração: 10 MG/ML, Forma Farmacêutica: Suspensão Oftálmica	Frasco 5 ML	12	Não controlado
8	A	Baclofeno, concentração: 10 MG	Comprimido	4.500	C1 – Controle especial
9	B	irbesartana, apresentação: associado com hidroclorotiazida, dosagem: 150 MG + 12,5 MG	Comprimido	360	Não controlado
10	B	irbesartana, apresentação: associado com hidroclorotiazida, dosagem: 300 MG + 12,5 MG	Comprimido	360	Não controlado
11	B	Olmesartana medoxomila, composição: associada com hidroclorotiazida, concentração: 20 MG + 12,5 MG	Comprimido	720	Não controlado
12	B	Valsartana, Composição: Associado à Hidroclorotiazida, Concentração: 160 MG + 12,5 MG	Comprimido	720	Não controlado
13	A	Bromazepam, dosagem: 3 MG	Comprimido	3.000	B1 – Psicotrópico
14	A	Bromazepam, dosagem: 6 MG	Comprimido	450	B1 – Psicotrópico
15	A	Bupropiona Cloridrato, Dosagem: 150 MG	Comprimido	450	C1 – Controle especial
16	A	Carbamazepina, dosagem: 200 MG	Comprimido	9.000	C1 – Controle especial
17	A	Carbamazepina, dosagem: 400 MG	Comprimido	1.500	C1 – Controle especial
18	A	Carbonato de Lítio, dosagem: 300 MG	Comprimido	750	C1 – Controle especial
19	A	Carbonato de Lítio, dosagem: 450 MG	Comprimido	300	C1 – Controle especial

#### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumê – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

20	B	Carvedilol, dosagem: 3,125 MG	Comprimido	720	Não controlado
21	B	Celecoxibe, dosagem: 200 MG	Cápsula	1.500	Não controlado
22	A	Biperideno, dosagem: 2 MG	Comprimido	1.080	C1 – Controle especial
23	A	Citalopram, dosagem: 20 MG	Comprimido	1.500	C1 – Controle especial
24	B	Enoxaparina, Dosagem: 40 MG/0,4 mL, Indicação: Injetável, Seringa Preenchida	Seringa 0,4 ML	72	Não controlado
25	A	Clonazepam, dosagem: 0,5 MG	Comprimido	1.500	B1 – Psicotrópico
26	A	Clonazepam, Dosagem: 2,5 MG/ML, Apresentação: Solução Oral – Gotas	Frasco 20 ML	150	B1 – Psicotrópico
27	A	Clonazepam, dosagem: 2 MG	Comprimido	9.000	B1 – Psicotrópico
28	B	Clopidogrel, dosagem: 75 MG	Comprimido	360	Não controlado
29	B	Bisoprolol fumarato, concentração: 1,25 MG	Comprimido	360	Não controlado
30	B	Bisoprolol fumarato, concentração: 10 MG	Comprimido	360	Não controlado
31	A	Ácido Valproico, Dosagem: 250 MG	Comprimido	900	C1 – Controle especial
32	A	Ácido Valproico, Dosagem: 300 MG	Comprimido	900	C1 – Controle especial
33	A	Ácido Valproico, Dosagem: 500 MG	Comprimido	1.800	C1 – Controle especial
34	A	Ácido Valproico, Dosagem: 50 MG/ML, Forma Farmacêutica: Xarope	Frasco 100 ML	80	C1 – Controle especial
35	A	Divalproato de Sódio, Dosagem: 250 MG	Comprimido	1.080	C1 – Controle especial
36	A	Divalproato de Sódio, Dosagem: 500 MG	Comprimido	1.080	C1 – Controle especial
37	A	Desvenlafaxina, Composição: Sal Succinato, Concentração: 50 MG, Forma Farmacêutica: Liberação Controlada	Comprimido	900	C1 – Controle especial
38	A	Diazepam, dosagem: 10 MG	Comprimido	3.000	B1 – Psicotrópico
39	A	Diazepam, Dosagem: 5 MG	Comprimido	900	B1 – Psicotrópico
40	A	Morfina, Apresentação: Sulfato, Concentração: 10 MG	Comprimido	900	A1 – Entorpecente
41	A	Morfina, Apresentação: Sulfato, Concentração: 30 MG	Comprimido	900	A1 – Entorpecente
42	A	Donepezila, dosagem: 5 MG	Comprimido	450	C1 – Controle especial
43	A	Duloxetine, Concentração: 30 MG, Forma Farmacêutica: Microgrânulos de Liberação Lenta	Cápsula	1.800	C1 – Controle especial
44	B	Ácido acetilsalicílico, dosagem: 81 MG, tipo uso: tamponado	Comprimido	360	Não controlado
45	A	Escitalopram, dosagem: 10 MG	Comprimido	3.150	C1 – Controle especial
46	A	Escitalopram, dosagem: 20 MG	Comprimido	9.000	C1 – Controle especial
47	A	Escitalopram Oxalato, Concentração: 20 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Oral – Gotas	Frasco 15 ML	36	C1 – Controle especial
48	B	Espironolactona, dosagem: 25 MG	Comprimido	360	Não controlado
49	A	Levetiracetam, Concentração: 100 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Oral	Frasco 100 ML	36	C1 – Controle especial
50	B	Levotiroxina Sódica, Dosagem: 75 MCG	Comprimido	600	Não controlado
51	B	Valsartana, Composição: Associado à Hidroclorotiazida, Anlodipino Besilato, Concentração: 160 MG + 12,5 MG + 5 MG, Comprimido Revestido	Comprimido	336	Não controlado

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

52	A	Fenitoína Sódica, Dosagem: 100 MG	Comprimido	9.000	C1 – Controle especial
53	A	Fenobarbital sódico, dosagem: 100 MG	Comprimido	9.000	B1 – Psicotrópico
54	A	Fluoxetina, dosagem: 20 MG	Comprimido	9.000	C1 – Controle especial
55	A	Fluoxetina, dosagem: 10 MG	Comprimido	720	C1 – Controle especial
56	B	Dapagliflozina, concentração: 10 MG	Comprimido	1.080	Não controlado
57	B	Beclometasona Dipropionato, Composição: Associada com Formoterol Fumarato, Concentração: 100 MCG + 6 MCG/Dose, Forma Farmacêutica: Pó p/ Inalação Oral, Característica Adicional: Frasco Doseador c/ Bocal Aerogador	Frasco 120 Doses	12	Não controlado
58	A	Clobazam, dosagem: 10 MG	Comprimido	300	B1 – Psicotrópico
59	A	Clobazam, dosagem: 20 MG	Comprimido	300	B1 – Psicotrópico
60	A	Gabapentina, dosagem: 300 MG	Comprimido	9.000	C1 – Controle especial
61	A	Fenobarbital Sódico, Dosagem: 40 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Oral – Gotas	Frasco 20 ML	50	B1 – Psicotrópico
62	A	Haloperidol, dosagem: 1 MG	Comprimido	900	C1 – Controle especial
63	A	Haloperidol, dosagem: 5 MG	Comprimido	9.000	C1 – Controle especial
64	A	Haloperidol, Concentração: 2 MG/ML, Tipo Uso: Solução Oral – Gotas	Frasco 30 ML	30	C1 – Controle especial
65	B	Hidroxycloquina Sulfato, Dosagem: 400 MG	Comprimido	900	Não controlado
66	B	Olmesartana medoxomila, composição: associada com hidroclorotiazida, concentração: 40 MG + 12,5 MG	Comprimido	360	Não controlado
67	B	Insulina, Tipo: Glargina, Concentração: 100 UI/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Característica Adicional: Com Aplicador	Tubete 3 ML	60	Não controlado
68	A	Lamotrigina, dosagem: 50 MG	Comprimido	450	C1 – Controle especial
69	A	Levetiracetam, concentração: 250 MG	Comprimido	450	C1 – Controle especial
70	A	Memantina, Composição: Sal Cloridrato, Concentração: 10 MG	Comprimido	720	C1 – Controle especial
71	B	Metformina Cloridrato, Composição: Associada à Glimepirida, Concentração: 1000 MG + 4 MG	Comprimido	360	Não controlado
72	B	Macrogol, Princípio Ativo: Macrogol 3350, Composição: Bicarbonato de Sódio, Cloretos de Sódio e Potássio, Concentração: 13,125 G + 177,5 MG + 46,6 MG + 350,7 MG, Forma Farmacêutica: Pó para Preparação Extemporânea	Sachê 14 G	12	Não controlado
73	A	Naltrexona Cloridrato, Concentração: 50 MG	Comprimido	450	C1 – Controle especial
74	B	Estradiol, dosagem: 1 MG	Comprimido	336	Não controlado
75	A	Levomepromazina, dosagem: 100 MG	Comprimido	4.500	C1 – Controle especial
76	A	Levomepromazina, dosagem: 25 MG	Comprimido	450	C1 – Controle especial
77	A	levomepromazina, dosagem: 40 MG/ML, forma farmacêutica: solução oral	Frasco 20 ML	50	C1 – Controle especial
78	A	Nortriptilina Cloridrato, dosagem: 25 MG	Comprimido	1.080	C1 – Controle especial

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

79	A	Olanzapina, dosagem: 5 MG	Comprimido	4.500	C1 – Controle especial
80	A	Olanzapina, dosagem: 10 MG	Comprimido	360	C1 – Controle especial
81	A	Paracetamol, Apresentação: Associado à Codeína, Concentração: 500 MG + 30 MG	Comprimido	10.500	A2 – Entorpecente (adendo)
82	A	Paroxetina Cloridrato, Dosagem: 10 MG	Comprimido	600	C1 – Controle especial
83	A	Paroxetina Cloridrato, Dosagem: 20 MG	Comprimido	600	C1 – Controle especial
84	A	Paroxetina Cloridrato, Dosagem: 12,5 MG, Forma Farmacêutica: Liberação Controlada	Comprimido	1.000	C1 – Controle especial
85	A	Paroxetina Cloridrato, Dosagem: 25 MG, Forma Farmacêutica: Liberação Controlada	Comprimido	1.000	C1 – Controle especial
86	B	Pantoprazol, dosagem: 20 MG	Comprimido	336	Não controlado
87	A	Pregabalina, concentração: 150 MG	Comprimido	900	C1 – Controle especial
88	A	Pregabalina, concentração: 75 MG	Comprimido	720	C1 – Controle especial
89	A	Levodopa, Composição: Associada à Benserazida Cloridrato, Concentração: 100 MG + 25 MG, Forma Farmacêutica: Comprimido de Liberação Prolongada	Comprimido	1.080	C1 – Controle especial
90	A	Prometazina Cloridrato, Dosagem: 25 MG	Comprimido	4.500	Não controlado (uso em saúde mental)
91	A	Eszopiclona, dosagem: 2 MG	Comprimido	300	B1 – Psicotrópico
92	A	Eszopiclona, dosagem: 3 MG	Comprimido	300	B1 – Psicotrópico
93	B	Levotiroxina Sódica, Dosagem: 25 MCG	Comprimido	360	Não controlado
94	A	Quetiapina, dosagem: 25 MG	Comprimido	2.700	C1 – Controle especial
95	A	Quetiapina, Concentração: 50 MG, Forma Farmacêutica: Liberação Prolongada	Comprimido	450	C1 – Controle especial
96	B	Fluticasona, Composição: Furoato, Associado ao Vilanterol, Concentração: 100 MCG/Dose + 25 MCG/Dose, Forma Farmacêutica: Pó para Inalação	Embalagem 30 Doses	360	Não controlado
97	B	Oxibutinina Cloridrato, Dosagem: 5 MG	Comprimido	2.700	Não controlado
98	A	Paracetamol, Apresentação: Associado com Tramadol Cloridrato, Dosagem: 325 MG + 37,5 MG	Comprimido	450	A2 – Entorpecente (adendo)
99	A	Risperidona, Dosagem: 1 MG/ML, Uso: Solução Oral, com Pipeta Dosadora	Frasco 30 ML	50	C1 – Controle especial
100	A	Risperidona, dosagem: 1 MG	Comprimido	3.150	C1 – Controle especial
101	A	Risperidona, dosagem: 2 MG	Comprimido	4.500	C1 – Controle especial
102	A	Risperidona, dosagem: 3 MG	Comprimido	4.500	C1 – Controle especial
103	A	Rivastigmina, Dosagem: 3 MG	Cápsula	1.350	C1 – Controle especial
104	A	Sertralina Cloridrato, Dosagem: 100 MG	Comprimido	720	C1 – Controle especial
105	A	Sertralina Cloridrato, Dosagem: 25 MG	Comprimido	4.500	C1 – Controle especial
106	A	Sertralina Cloridrato, Dosagem: 50 MG	Comprimido	900	C1 – Controle especial
107	B	Sinvastatina, dosagem: 20 MG	Comprimido	360	Não controlado
108	A	Zolpidem, Concentração: 12,5 MG, Adicional: Liberação Prolongada	Comprimido	180	B1 – Psicotrópico
109	A	Carbamazepina, Dosagem: 20 MG/ML, Apresentação: Suspensão Oral	Frasco 100 ML	100	C1 – Controle especial

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

110	A	Topiramato, dosagem: 50 MG	Comprimido	450	C1 – Controle especial
111	A	Valproato de Sódio, Concentração: 300 MG	Comprimido	720	C1 – Controle especial
112	A	Tramadol Cloridrato, Dosagem: 100 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Oral – Gotas	Frasco 10 ML	36	A2 – Entorpecente (adendo)
113	A	Tramadol Cloridrato, Dosagem: 50 MG	Comprimido	450	A2 – Entorpecente (adendo)
114	A	Trazodona Cloridrato, Concentração: 100 MG	Comprimido	450	C1 – Controle especial
115	A	Trazodona Cloridrato, Dosagem: 50 MG	Comprimido	450	C1 – Controle especial
116	B	Rosuvastatina, Composição: Cálcica, Concentração: 20 MG	Comprimido	360	Não controlado
117	A	Triexifenidil, dosagem: 5 MG	Comprimido	450	C1 – Controle especial
118	B	Timolol, Composição: Associado à Brimonidina e Bimatoprost, Concentração: 0,5% + 0,15% + 0,01%, Forma Farmacêutica: Solução Oftálmica	Frasco 5 ML	12	Não controlado
119	B	Valsartana, Composição: Associado ao Sacubitril, Concentração: 103 MG + 97 MG	Comprimido	720	Não controlado
120	B	Valsartana, concentração: 160 MG	Comprimido	360	Não controlado
121	A	Venlafaxina, Composição: Sal Cloridrato, Concentração: 150 MG	Comprimido	360	C1 – Controle especial
122	A	Venlafaxina, Composição: Sal Cloridrato, Concentração: 37,5 MG	Comprimido	360	C1 – Controle especial

1.3. Os medicamentos deverão estar em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, atendendo aos padrões de qualidade, concentração, forma farmacêutica, embalagem, rotulagem e condições de conservação e transporte exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e pela legislação sanitária vigente, em especial a Portaria SVS/MS nº 344/1998 e suas atualizações, no que se refere aos medicamentos sujeitos a controle especial.

1.4. A Secretaria Municipal de Saúde não se obriga a contratar o total dos quantitativos previstos, mas apenas aqueles que forem efetivamente necessários, conforme requisição formal emitida pelo setor competente, no âmbito do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5. A empresa licitante deverá elaborar sua proposta de preços de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, contemplando o quantitativo integral dos itens cotados, não sendo aceitas propostas com quantitativos parciais.

1.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que os contratos dela decorrentes observarão o disposto nos arts. 105 a 107 da referida lei.

1.7. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

1.8. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se, por analogia, os parâmetros do Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, na ausência de regulamento municipal específico.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com



## Secretaria Municipal de Saúde

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.1.2. A contratada deverá observar boas práticas de armazenamento e transporte, conforme normas sanitárias, adotando práticas que reduzam impactos ambientais, como logística eficiente e descarte adequado de resíduos. Os medicamentos vencidos ou impróprios para uso deverão ter destinação final ambientalmente adequada, conforme a legislação pertinente.

4.1.3. Os bens devem estar acondicionados em embalagens adequadas, com o menor volume possível, fabricadas em material reciclável ou biodegradável, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento e a destinação final adequada.

#### 4.2. Requisitos Legais e Regulatórios

4.2.1. Os medicamentos deverão estar devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em conformidade com a legislação sanitária vigente.

4.2.2. A empresa contratada deverá possuir Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA, compatível com o objeto da contratação.

4.2.3. Deverá apresentar Autorização Especial (AE) para o exercício de atividades com substâncias sujeitas a controle especial, nos termos da Portaria SVS/MS nº 344/1998.

4.2.4. A empresa deverá possuir licença sanitária válida, expedida pelo órgão competente (estadual ou municipal).

#### 4.3. Requisitos Técnicos dos Produtos

4.3.1. Os medicamentos deverão possuir qualidade comprovada, com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses no ato da entrega, salvo justificativa técnica aceita pela Administração.

4.3.2. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens originais, lacradas e com identificação clara de lote, data de fabricação e validade, em conformidade com as especificações constantes na Planilha Descritiva – Anexo I.

4.3.3. Não serão aceitos medicamentos com sinais de violação, avarias, prazo de validade vencido ou em desacordo com as normas sanitárias.

4.3.4. Os medicamentos deverão ser fornecidos conforme Denominação Comum Brasileira (DCB), salvo justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

#### 4.4. Subcontratação

4.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4.2. A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, o que não é o caso da presente aquisição. Por essa razão, resta vedada a subcontratação, ainda que parcial.

#### 4.5. Garantia da Contratação

4.5.1. Não haverá exigência de garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas seguintes razões: não haverá entrega de nenhum bem público à contratada para ficar sob sua responsabilidade, e por se tratar de bens de consumo, cujo objeto será cumprido no momento de sua entrega.

#### 4.6. Vistoria

4.6.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução ou de vistoria técnica prévia para fins de habilitação.

#### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

### 4.7. Consórcio

4.7.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que o objeto não apresenta alta complexidade ou vulto que justifique tal modalidade, e que a vedação não limita a competitividade do certame, dado que o mercado fornecedor é suficientemente amplo.

### 4.8. Qualificação Técnica

4.8.1. A licitante deverá comprovar aptidão técnica para o fornecimento do objeto, bem como regularidade perante os órgãos de vigilância sanitária e de fiscalização profissional, mediante a apresentação dos documentos relacionados na Seção 9 deste Termo de Referência (Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor), que detalha os requisitos de habilitação.

4.8.2. Em razão da natureza do objeto — que inclui medicamentos sujeitos a controle especial nos termos da Portaria SVS/MS nº 344/1998 —, as exigências de qualificação técnica compreendem, dentre outras especificadas na Seção 9: atestado(s) de capacidade técnica; licença sanitária; Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA; Autorização Especial (AE), exigível apenas das licitantes que cotarem itens das listas "A" e "B" da referida Portaria; e Certidão de Regularidade Técnica expedida pelo Conselho Regional de Farmácia.

4.8.3. A regularidade dos medicamentos perante a ANVISA será aferida mediante a indicação, na proposta de preços, do número de registro ou de notificação simplificada do produto ofertado, na forma da Seção 9 deste Termo de Referência, não constituindo documento de habilitação.

### 4.9. Proposta de Preços

4.9.1. A proposta de preços deverá ser elaborada conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência, contemplando o quantitativo integral dos itens cotados, não sendo aceitas propostas que contemplem quantitativos parciais.

4.9.2. A proposta deverá conter, para cada item cotado:

- a) descrição do medicamento, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I – Planilha Descritiva (princípio ativo, concentração e forma farmacêutica);
- b) marca e/ou nome comercial e fabricante do medicamento ofertado;
- c) número do registro do medicamento na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA ou, quando se tratar de produto dispensado de registro, o número da notificação simplificada (RDC nº 199/2006);
- d) valor unitário e valor total do item, em moeda corrente nacional, com até 2 (duas) casas decimais, neles incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, fretes, seguros e demais encargos incidentes sobre o fornecimento.

4.9.3. A comprovação da regularidade dos medicamentos perante a ANVISA dar-se-á exclusivamente mediante a indicação do número de registro ou de notificação na proposta, vedada a exigência de apresentação de certificado, documento ou cópia de publicação, sem prejuízo da realização de diligência pelo agente de contratação, inclusive mediante consulta ao sítio eletrônico da ANVISA.

4.9.4. A indicação de número de registro vencido, caducado, cancelado ou pertencente a produto diverso do especificado ensejará a desclassificação da proposta no item correspondente, assegurada a prévia diligência de que trata o subitem anterior.

4.9.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação, nos termos do art. 90, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1. Condições de Fornecimento e Entrega

5.1.1. O fornecimento dos medicamentos será realizado de forma parcelada, conforme a demanda real da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pelo setor competente.

5.1.2. O prazo de entrega dos itens solicitados será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado em casos justificados, a critério da Administração.

5.1.3. Os medicamentos deverão ser entregues na Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF da Secretaria Municipal de Saúde de Maracáçumé/MA, em endereço a ser indicado formalmente na Ordem de Fornecimento.

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracáçumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

5.1.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.5. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em condições adequadas de temperatura, umidade e integridade dos produtos, conforme as normas sanitárias vigentes, especialmente para os medicamentos que exigem cadeia de frio ou condições especiais de conservação.

5.1.6. O prazo de validade dos medicamentos na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, ou à metade do prazo total recomendado pelo fabricante quando inferior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

### 5.2. Garantia dos Produtos

5.2.1. Os medicamentos entregues deverão estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo fabricante, conforme indicado na embalagem original.

5.2.2. A contratada deverá substituir, às suas expensas e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer produto entregue em desacordo com as especificações, com prazo de validade inadequado, com embalagem violada ou danificada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.2.3. A garantia legal dos produtos observará o disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sendo responsabilidade exclusiva da contratada os vícios e danos decorrentes dos produtos fornecidos.

### 5.3. Controle e Rastreabilidade

5.3.1. A contratada deverá garantir a rastreabilidade dos medicamentos fornecidos, com identificação de lote, número de fabricação e documentação correspondente, apresentando, sempre que solicitado, documentos que comprovem a regularidade sanitária e a origem dos produtos.

5.3.2. O fornecimento deverá permitir o controle rigoroso por parte da Administração, em conformidade com as normas aplicáveis a medicamentos controlados, especialmente a Portaria SVS/MS nº 344/1998.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. Verificação da conformidade dos medicamentos quanto à: princípio ativo (DCB); concentração; forma farmacêutica; lote e validade; registro na ANVISA; integridade da embalagem

6.15.2. Conferência dos quantitativos entregues em relação às solicitações emitidas pela Administração, bem como avaliação da qualidade dos produtos entregues em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas.

6.15.3. Registro de eventuais inconformidades identificadas nos produtos fornecidos, com comunicação formal à contratada para correção ou substituição dos itens que apresentarem defeitos, falhas de acabamento ou divergências em relação às especificações estabelecidas.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

### Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.17.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

6.17.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.17.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

6.17.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

#### Sanções

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem penalidade mais grave.

#### Multas

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

#### Disposições sobre aplicação das sanções

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada dos pagamentos devidos ou cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

#### Processo administrativo

#### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com



## Secretaria Municipal de Saúde

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

7.8.1. Para garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações poderão ser enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial ou cadastrados no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados pela empresa serão considerados de uso contínuo, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles enviadas.

### **Critérios para aplicação das sanções**

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o Contratante;

V – a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável.

### **Outras disposições**

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada, nos termos da legislação, quando utilizada para facilitar ou encobrir a prática de atos ilícitos.

7.12. O Contratante deverá informar as sanções aplicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

7.12.1. As penalidades serão registradas no SICAF, quando aplicável.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. Os débitos do Contratado decorrentes de multas ou indenizações poderão ser compensados com créditos devidos pela Administração, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

### **Coordenadoria de Contratações e Licitações**

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto fornecido, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos da legislação aplicável.

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.9.1. a data da emissão;

8.9.2. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.9.3. o período respectivo de execução do contrato;

8.9.4. o valor a pagar; e

8.9.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.14. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação fiscal.

### Prazo de pagamento

8.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.

8.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### Forma de pagamento

8.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.19. Será considerado data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.21. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

8.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Reajuste

8.23. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

8.24. Após o interregno de 01 (um) ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.25. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.26. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.27. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.28. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.29. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, por meio de termo aditivo, para reajustamento do preço do valor remanescente.

8.30. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A adoção do critério de julgamento por menor preço por item justifica-se pela natureza do objeto, constituído por bens comuns, cujos padrões de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos, além de garantir maior competitividade e ampliação da participação de fornecedores.

9.2.1. Nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a presente licitação é destinada exclusivamente à participação de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, por se tratar de contratação cujos valores estimados dos itens não ultrapassam o limite legal estabelecido.

9.2.2. Para fins de fruição do tratamento favorecido, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, o seu enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, nos termos da legislação vigente.

9.2.3. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as pessoas jurídicas que se enquadrem em quaisquer das hipóteses de vedação previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme a demanda da Administração, mediante emissão de ordem de fornecimento, no âmbito do Sistema de Registro de Preços.

### Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme a demanda da Administração, mediante emissão de ordem de fornecimento, no âmbito do Sistema de Registro de Preços.

9.4. As entregas deverão ocorrer nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, sendo de responsabilidade da contratada assegurar a regularidade do abastecimento, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.5. Em se tratando de contratação por Sistema de Registro de Preços, o critério de aceitabilidade de preços observará os valores unitários máximos definidos pela Administração.

9.5.1. Os valores unitários máximos aceitáveis constarão em planilha de composição de preços integrante do processo administrativo, elaborada com base em pesquisa de mercado realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

9.5.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços superiores aos valores unitários máximos estabelecidos ou manifestamente inexequíveis.

### **Exigências de habilitação**

9.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

9.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado na Junta Comercial;

9.11. Sociedade empresária estrangeira: autorização de funcionamento no País;

9.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

9.13. Filial, sucursal ou agência: inscrição correspondente, com averbação na matriz;

9.14. Sociedade cooperativa: atos constitutivos devidamente registrados.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.16 Prova de inscrição no CNPJ ou CPF;

9.17 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (RFB e PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à DAU, incluindo Seguridade Social;

9.18 Prova de regularidade com o FGTS;

9.19 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

9.20 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital;

9.21 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor;

9.22 Caso o fornecedor seja isento de tributos relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda respectiva; e

9.23 O MEI enquadrado na LC nº 123/2006 está dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.24 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede, para pessoa física;

9.25 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26 Balanço patrimonial, demonstração de resultado e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG) superiores a 1 (um):

LG = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

SG = Ativo Total / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

#### **Coordenadoria de Contratações e Licitações**

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante

9.27 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 em qualquer dos índices, será exigido patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

9.28 Os indicadores deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais.

9.29 Os documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de empresa constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.30 Os documentos serão exigidos com base no limite da RFB para transmissão da ECD ao Sped.

9.31 Empresas criadas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos pelo balanço de abertura.

9.32 O atendimento dos índices deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.

### Qualificação técnica

9.33. Comprovação de aptidão para o fornecimento de medicamentos compatíveis em características e quantidades com o objeto desta contratação, mediante apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

9.34. Alvará Sanitário, Licença Sanitária ou Licença de Funcionamento, em plena validade, expedido pelo órgão de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 6.360/1976 e do art. 2º do Decreto Federal nº 8.077/2013;

9.35. Comprovação de regularidade junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, mediante apresentação de:

- a) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), em vigor, compatível com a atividade de distribuição e/ou comercialização de medicamentos, nos termos da Lei nº 9.782/1999 e da Resolução RDC nº 16/2014;
- b) Autorização Especial (AE), em vigor, exigível apenas da licitante que cotar itens que contenham substâncias constantes das listas "A" (entorpecentes) e "B" (psicotrópicos) da Portaria SVS/MS nº 344/1998, nos termos do art. 2º, § 6º, da referida Portaria;

9.36. Certidão de Regularidade Técnica, dentro do prazo de validade, expedida pelo Conselho Regional de Farmácia – CRF do Estado da sede da licitante, comprovando a existência de farmacêutico responsável técnico devidamente habilitado;

9.37. A regularidade dos medicamentos perante a ANVISA será aferida mediante a indicação, na proposta de preços, do número de registro ou de notificação simplificada de cada item ofertado, na forma do item 4.9 deste Termo de Referência, não constituindo documento de habilitação;

9.38. Os atestados poderão ser somados para fins de comprovação da capacidade técnica;

9.39. Poderão ser solicitadas diligências e informações complementares para validação dos atestados, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

### Disposições gerais sobre habilitação

9.40 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente em tradução livre.

9.41 Para empresa estrangeira, os documentos serão traduzidos por tradutor juramentado e apostilados conforme o Decreto nº 8.660/2016.

9.42 Não serão aceitos documentos com CNPJ/CPF diferentes, salvo os legalmente permitidos.

9.43 Os documentos deverão estar em nome da matriz ou da filial, conforme o caso, exceto atestados de capacidade técnica e documentos emitidos somente em nome da matriz.

9.44 Serão aceitos registros de CNPJ de matriz e filial com diferenças no CND e CRF/FGTS quando comprovada a centralização do recolhimento.

9.45. *As exigências de habilitação serão detalhadas no edital, observadas as disposições deste Termo de Referência.*

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com



## Secretaria Municipal de Saúde

10.1. O valor estimado da contratação foi apurado com base em pesquisa de preços realizada pelo Setor de Compras e Serviço do Município de Maracatumé – MA, em conformidade com a legislação vigente aplicável às contratações públicas, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e normas correlatas.

10.2. Para a formação do orçamento estimado foram consideradas fontes idôneas de pesquisa de preços, cujos documentos, memórias de cálculo, metodologia adotada, fontes consultadas e justificativas encontram-se devidamente registrados nos autos do processo administrativo.

10.3. Os preços unitários referenciais encontram-se detalhados em planilha específica constante dos autos do processo, a qual integra o conjunto de documentos que subsidiam o planejamento da contratação.

10.4. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, sendo tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, nos termos do art. 24, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

10.4.1. Caso as propostas apresentadas permaneçam com valores superiores ao orçamento estimado, o custo estimado poderá ser divulgado após a fase de lances, para fins de negociação, observada a legislação vigente.

10.5. Considerando que a contratação será realizada mediante Sistema de Registro de Preços, os valores registrados possuem caráter referencial, podendo ser revistos nas hipóteses previstas na legislação.

10.6. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas seguintes hipóteses:

I – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021;

II – em caso de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com impacto nos preços;

III – mediante reajuste, respeitada a periodicidade mínima anual, conforme índice previsto no edital;

IV – mediante repactuação, quando cabível, nos termos da legislação vigente.

### 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária necessária para atender às despesas decorrentes da contratação será realizada no momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente, conforme a legislação vigente.

11.2. Considerando tratar-se de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, a existência de dotação orçamentária será exigida apenas no momento da efetiva contratação, quando da emissão da respectiva nota de empenho pela unidade administrativa demandante.

### 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, excetuando-se o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas, nos termos da legislação vigente.

12.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e do interesse público.

12.3. Integram este Termo de Referência, para todos os fins, o Estudo Técnico Preliminar, a pesquisa de preços, a planilha de estimativa de custos e demais documentos constantes do processo administrativo.

12.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, à luz da legislação vigente aplicável às contratações públicas.

## Secretaria Municipal de Saúde

### ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À Comissão Permanente de Licitação  
Município de Maracáçumé

REF: Pregão Eletrônico SRP N° 016/2026

Estamos solicitando cotação de preços para fins de formação da estimativa de valor destinada ao Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos destinados à atenção à saúde mental e de outros medicamentos de uso contínuo, conforme relação de itens anexa, visando atender às demandas do Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracáçumé – MA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Item	(Descrição Completa dos serviços)	Fabricante, Marca e Modelo	Und	Qtd Total	VI Unit	Valor Total (R\$)
<b>Valor total da Proposta de Preços do Pregão Eletrônico SRP N° 016/2026</b>						<b>(R\$)</b>

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA PROPOSTA

Banco: Agência: Conta:  
Praça de pagamento:  
Contato:  
Fone: e-mail:

- 1) Nos preços indicados na planilha de preços acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento do objeto licitado, inclusive tributos, encargos sociais, despesas com transporte, carga e descarga, seguros e quaisquer outros custos que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto.
- 2) Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que os objetos serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.
- 3) Declaro, também, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita pelo município de Maracáçumé, seja qual for o motivo.
- 4) O prazo de validade desta proposta é de 60 dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 016/2026.
- 5) Declaro que examinei minuciosamente o Edital e seus anexos, e que os encontrei corretos, aceitando e submetendo-me integralmente às suas condições, não havendo dúvidas acerca do fornecimento do objeto licitado.
- 6) Declaro que nos preços ofertados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento do objeto licitado, tais como aquisição dos produtos, embalagem, transporte, carga e descarga, seguros, tributos, encargos fiscais e comerciais, bem como quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto, não cabendo ao Município de Maracáçumé qualquer custo adicional.
- 7) Declaro, para fins de participação na licitação em epígrafe, que não possuímos em nossos quadros funcionais, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento do município de Maracáçumé.
- 8) Declaro que não será permitida qualquer espécie de interferência por parte da Contratante, por intermédio de seus agentes públicos, na gestão de recursos humanos da Contratada, especialmente na seleção de nossos profissionais afetos à prestação dos respectivos serviços.
- 9) Declaro total conhecimento das condições presentes no ambiente onde os serviços serão executados / materiais serão entregues.
- 10) O procurador da empresa, cujo CNPJ é, que assinará o Contrato, é o(a)Sr(a), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), (identidade), (CPF), (endereço), (telefones) e(e-mail).

### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracáçumé – MA, CEP: 65.289-000  
E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

---

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Cidade/Estado, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(representante legal da licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)

OBS: Se a proposta for assinada por representante legal, enviar cópia da procuração e documento de identificação; Se assinada por Sócio da empresa, enviar documento de identificação do responsável.

## Secretaria Municipal de Saúde

### ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico SRP nº 016/2026  
Processo Administrativo Nº 041/2026

O município de Maracatumé através da Secretária Municipal de Administração, com sede na Avenida Dayse de Sousa, s/nº, Centro, Maracatumé – MA, representada neste ato pelo Secretário de Administração, o senhor ....., ....., portador do RG nº ....., e CPF nº ....., residente e domiciliada a Rua ....., Maracatumé - MA, CONSIDERANDO o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO de PREÇOS nº 016/2026, publicada no Diário Oficial do Município nº de / /2026, Processo Administrativo Nº 041/2026, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da (s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 004, de 12 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. Do objeto

- 1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos destinados à atenção à saúde mental e de outros medicamentos de uso contínuo, visando atender às demandas do Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracatumé – MA, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital

Empresa:	
CNPJ:	Telefone / Fax:
Endereço:	E-mail:
Responsável:	CPF/RG:

ITEM	Descrição dos Produtos	Marca Registrada	Unidade Registrada	Quantidade Registrada	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01						
02						
03						
....						

- 1.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 2. Da adesão à Ata de Registro de Preços

- 2.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 2.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 2.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei federal nº 14.133, de 2021; e
- 2.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

#### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracatumé – MA, CEP: 65.289-000  
E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

- 2.2 O valor registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
- 2.2.1 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 2.2.2 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 2.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 2.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 2.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles lotes para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.
- 3. Dos limites para as adesões**
- 3.1 As aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 3.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 3.3 A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 3.4 Da vedação a acréscimo de quantitativos**
- 3.4.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
- 4. Da Validade, da formalização da ata SRP e do cadastro reserva**
- 4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 4.1.1 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 4.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 4.3 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 4.3.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de a licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 4.3.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro das licitantes ou dos fornecedores que:
- 4.3.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 4.3.2.2 Mantiverem sua proposta original.
- 4.3.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.4 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.5 Para fins da ordem de classificação, as licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.6 A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação das licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



## Secretaria Municipal de Saúde

- 4.6.1 Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 4.6.2 Quando houver o cancelamento do registro da licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 4.7 O preço registrado com indicação das licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.8 Após a homologação da licitação, a licitante mais bem classificada será convocada para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 4.8.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante convocada, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.9 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 4.10 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.3 e subitens, fica facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 4.11 Na hipótese de nenhuma das licitantes que trata o item 5.3.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
  - 4.11.1 Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço (desconto) melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
  - 4.11.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 4.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

### 5. Da Alteração ou da Atualização dos Preços Registrados

- 5.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
  - 5.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei federal nº 14.133, de 2021;
  - 5.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
  - 5.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 2021.
    - 5.1.3.1 No caso do reajustamento, deverão ser respeitados a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
    - 5.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

### 6. Da Negociação dos Preços Registrados

- 6.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
  - 6.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
  - 6.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará as licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
  - 6.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

## Secretaria Municipal de Saúde

- 6.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 6.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 6.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 6.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 6.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.8
- 6.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 6.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 7. Do Remanejamento das Quantidades Registradas na Ata SRP**
- 7.1 As quantidades previstas para os lotes com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 7.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
- 7.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 7.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 7.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 7.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 28 do Decreto nº 04, de 12 de janeiro de 2024.
- 7.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 7.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos lotes.
- 7.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
- 8. Do Cancelamento do Registro da licitante Vencedora e dos Preços Registrados**
- 8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 25, § 2º, do Decreto Municipal nº 04, de 12 de janeiro de 2024; ou

## Secretaria Municipal de Saúde

- 8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar as licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação
- 8.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 8.4.1 Por razão de interesse público;
- 8.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º, e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 04, de 12 de janeiro de 2024.

### 9. Das Penalidades

- 9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 9.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidades participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 9.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### 10. Das Condições Gerais

- 10.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidas no Termo de Referência, anexo ao edital.
- 10.2 Fica eleito o foro privativo dos feitos da Fazenda Pública, da Comarca desta cidade de Maracatumé, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.
- 10.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em livro próprio, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Maracatumé - MA, ..... de ..... de 2026.

Pelo FORNECEDOR

.....  
(nome do representante da empresa)

CPF

(nome da empresa)

CNPJ

Pelo ÓRGÃO GERENCIADOR

**Coordenadoria de Contratações e Licitações**

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracatumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

---

.....  
MUNICÍPIO de MARACAÇUMÉ  
Secretário Municipal de Administração

Testemunhas:

1ª) .....  
CPF

2ª) .....  
CPF

## Secretaria Municipal de Saúde

### ANEXO IV – MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARACAÇUMÉ e O ....., PARA CONTRATAÇÃO de ....., CONFORME PREGÃO N° 016/2026 e PROCESSO N°041/2026.

O MUNICÍPIO de MARACAÇUMÉ através da SECRETARIA MUNICIPAL de ....., localizada na ....., Maracatumé - MA, inscrita no CNPJ sob n°. ...., representada neste ato pela Secretária Municipal, o(a) senhor(a) ....., portador(a) do RG n° ..... e CPF n°. ...., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) .....inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n° ....., sediado(a) na ....., em .....doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n° ....., expedida pela (o) ....., e CPF n° ....., tendo em vista o que consta no Processo n° ..... e em observância às disposições da Lei federal n° 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão n° 016/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O presente Contrato tem por objeto a aquisição parcelada de medicamentos destinados à atenção à saúde mental — incluídos os sujeitos a controle especial nos termos da Portaria SVS/MS n° 344/1998 e suas atualizações — e de medicamentos de uso contínuo para o tratamento de doenças crônicas, visando atender às demandas das unidades de saúde vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracatumé – MA, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico identificado no preâmbulo, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independentemente de transcrição.

##### 1.2 Discriminação do objeto:

Item	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

1.3.3 A Proposta do contratado;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), condição de eficácia do instrumento, na forma do art. 94 da Lei Federal n° 14.133/2021.

2.1.1 A celebração do contrato deverá ocorrer durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, sendo, porém, autônomo o prazo de vigência contratual, nos termos do art. 84, parágrafo único, da Lei n° 14.133/2021.

2.1.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, nos termos do art. 111 da Lei n° 14.133/2021, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2 O contrato deverá ser executado de acordo com os prazos consignados no Termo de Referência.

2.3 Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei n° 14.133/2021.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### Coordenadoria de Contratações e Licitações

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracatumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com



## Secretaria Municipal de Saúde

### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, nos termos do Termo de Referência e do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento à Contratada e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

6.2 O pagamento será realizado de forma parcelada, após cada entrega efetivamente realizada e recebida definitivamente, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista da Contratada.

6.3 É vedado o pagamento antecipado, devendo o pagamento corresponder sempre a fornecimentos efetivamente executados e recebidos, nos termos do art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

6.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se a contagem após a regularização, sem ônus para a Contratante.

6.5 No caso de atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado monetariamente entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento, pela variação do IPCA/IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, *pro rata die*, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

6.6 Independentemente do regime tributário da Contratada, serão retidos na fonte, quando do pagamento, os tributos e contribuições previstos na legislação vigente.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES (art. 92, V e VI)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação.

7.2 Após o interregno de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, mediante solicitação da contratada, utilizando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

7.3 O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

7.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado outro índice oficial que reflita a variação do custo do objeto contratado, mediante acordo entre as partes e observada a legislação vigente.

### 8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA (art. 92, X, XI e XIV) e (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1 As obrigações da CONTRATANTE e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

### 9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

11.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município de Maracumé, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

11.1.1 Gestão/Unidade:

11.1.2 Fonte de Recursos:

#### **Coordenadoria de Contratações e Licitações**

Av. Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracumé – MA, CEP: 65.289-000

E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com

## Secretaria Municipal de Saúde

11.1.3 Programa de Trabalho:

11.1.4 Elemento de Despesa:

11.1.5 Nota de Empenho:

11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1 O presente Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as formas e procedimentos estabelecidos nos arts. 138 e 139 da referida Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.2 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.3 Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

12.4 Na hipótese de extinção unilateral pela Administração, serão observadas as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.5 O termo de extinção deverá ser precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1 balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2 relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3 indenizações e multas eventualmente aplicáveis.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA:

13.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município de Maracáçumé, no prazo previsto na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

### 17. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO (art. 92, § 1º)

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Maracáçumé, Estado do Maranhão, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

## Secretaria Municipal de Saúde

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Maracáçumé - MA, .....

EMPRESA CONTRATADA  
Razão social/ CNPJ  
Nome do responsável legal/ CPF:  
CONTRATADA

MUNICÍPIO DE MARACAÇUMÉ  
Secretária Municipal de .....  
CONTRATANTE

### TESTEMUNHAS:

1ª) .....  
CPF

2ª) .....  
CPF